



**Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.**

**Comissão de Finanças e Orçamento.**

Projeto de Lei 09/2025.

**Relator Comissão LJRF:** Vereador Wagner da Cunha Fortunato.

**Relator Comissão Finanças e Orçamento:** Evandro Soriano da Silva.

**AUTORIZA O PREFEITO  
MUNICIPAL DE PIRAI A FAZER A  
DOAÇÃO COM ENCARGOS DE  
IMÓVEL DO PATRIMÔNIO  
DISPONÍVEL DO MUNICÍPIO.**

**PARECER EM CONJUNTO**

**I – O PROJETO DE LEI.**

Oriundo da Mensagem Executiva 10/2025, numerado como Projeto de Lei 09/2025, tem a finalidade de autorizar o Poder Executivo Municipal a realizar doação de bem público imóvel.

A doação tem por beneficiário a empresa Onça Locação e Turismo LTDA, inscrita no CNPJ: 07.075.810/0001-56, com sede na Rua Capitão Manoel Torres, nº 280, Centro, Pirai-RJ, CEP: 27.175-000.

É o necessário para a compreensão do tema.

**II – ASPECTOS FORMAIS.**



A matéria aqui tratada está dentro do conjunto de competências específicas do Município, enquanto ente federativo autônomo (art. 18, da Constituição Federal) para realizar a gestão dos bens que integram o acervo patrimonial do Município de Pirai (art. 11, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal).

Portanto, no aspecto formal, a proposição é legal e constitucional.

### **III – ASPECTOS DE MÉRITO.**

No aspecto de mérito a que compete a esta Comissão, o projeto em questão é, igualmente, legítimo. Pois, compete ao Poder Executivo Municipal dispor a respeito da destinação adequada e eficiente dos bens públicos municipais.

A doação está em harmonia com a Lei Orgânica Municipal (art. 18). A doação pode ser definida como modalidade de ato jurídico que transfere a propriedade do bem de forma gratuita, desde que haja um interesse público justificado, e que o município edite uma lei específica para a doação.

Trata-se de instrumento jurídico legítimo para a gestão dos bens públicos municipais.

À Comissão de Finanças e Orçamento compete opinar sobre proposições e assuntos, inclusive os de competência de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir assim a despesa como a receita pública; sobre a atividade financeira do Município; sobre a fixação de subsídios dos Vereadores, Prefeito, Vice Prefeito e Secretários Municipais; sobre o projeto de lei orçamentária, em especial os que disponham sobre o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, bem como os projetos referentes à abertura de créditos; compete, ainda, fiscalizar a execução orçamentária e emitir parecer sobre comunicação do Tribunal de Contas referente à ilegalidade de despesas decorrentes de contrato;



bem como opinar sobre a organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.

Assim, no aspecto de mérito, o projeto é legítimo.

#### IV – DA CONCLUSÃO.

Diante de tudo que foi exposto, o Projeto de Lei 09/2025, é perfeito quanto ao aspecto formal e de mérito.

Portanto, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** do projeto de lei acima referido.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2025.



**Wagner da Cunha Fortunato**

Vereador Relator

Acompanham as conclusões do Relator os demais membros da presente Comissão.



**Roberto Horta Jardim Sálles**

Vereador Presidente da Comissão de  
Legislação e Redação Final

**Renan Cruz**

Vereador Membro da Comissão de  
Legislação e Redação Final



**Comissão de Finanças e Orçamento.**



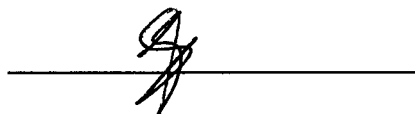
**Evandro Soriano da Silva.**

Relator.



**Mário Hermínio da Silva Carvalho.**

Presidente da Comissão de  
Finanças e Orçamento.



**Júlio Cezar da Fonseca Alves.**

Membro da Comissão de  
Finanças e Orçamento.